

**Os professores no ensino superior da Bahia: uma análise a partir da Relação Anual de
Informações Sociais (RAIS)**

**Teachers in higher education in Bahia: An analysis from the Annual Relationship of
Social Information (RAIS)**

**Profesores de educación superior en Bahia: un análisis de la Relación Anual de
Información Social (RAIS)**

Recebido: 09/08/2020 | Revisado: 27/08/2020 | Aceito: 31/08/2020 | Publicado: 05/09/2020

Rosângela Moreira de Oliveira

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2113-9274>

Universidade Salvador – UNIFACS, Brasil

E-mail: rosamoadm@outlook.com

Resumo

Este artigo apresenta resultados de pesquisa utilizando como fonte o banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo foi levantar informações sobre o corpo docente das instituições de ensino superior da Bahia e analisar o perfil destes no período de 2008 a 2018. O recorte elegido, no caso docentes do ensino superior deve-se à constatação de que, no período selecionado, a Bahia ganhou mais quatro instituições de ensino públicas, que possuem campus pelo interior do estado que por sua vez oportunizou vagas de emprego para docentes do ensino superior com mestrado e doutorado e que esta inserção foi apurada na RAIS, embora ela apresente certa irregularidade nas informações sobre o setor público. Considerando a hipótese que houve aumento de emprego para docentes do ensino superior na Bahia no período selecionado, o objetivo do trabalho foi analisar se houve tal aumento e em quais características demográficas. Este estudo exploratório busca confirmar alguns fenômenos observados nos corredores das instituições, que é o aumento de docentes mestres e doutores mais jovens e predominância do sexo feminino, mas também as novas políticas de remuneração dos professores, carga horária de trabalho, e titulação. Não obstante, da análise dos dados das RAIS, os resultados deste trabalho se debruçaram sobre outras bases de dados como o E-MEC e da GEOCAPES, que outorgam o número de mestres e doutores nas instituições de ensino superior no estado.

Palavras-chave: Ensino Superior; Trabalho docente; RAIS.

Abstract

This article presents research results using the Ministry of Labor and Employment's Annual Social Information (RAIS) database or source. The objective was to obtain information on the teaching staff of higher education institutions in Bahia and to analyze the profile of these periods in the period from 2008 to 2018. Eligible cut, no case of higher education teachers should be noted, without a selected period, Bahia won four more public education institutions, which have campuses in the interior of the state and for some time after employment for higher education teachers with master's degrees and doctorate and this insertion started at RAIS, although it represents some irregularity in the information about the public sector. The hypothesis that there was an increase in employment for higher education teachers in Bahia in the selected period, the objective of the work was analyzed if there was an increase and in what demographic characteristics. This exploratory study seeks to confirm some phenomena observed in the corridors of institutions, which is the increase in master documents and younger doctors and the predominance of women, but also as new policies for teacher remuneration, workload and degree. Nevertheless, the analysis of RAIS data, the results of this work are described on other databases such as E-MEC and GEOCAPES, which grant the number of masters and doctors in higher education institutions in the state.

Keywords: Teaching work; Higher educat; RAIS.

Resumen

Este artículo presenta resultados de investigación utilizando la base de datos de la Lista Anual de Información Social (RAIS), del Ministerio de Trabajo y Empleo. El objetivo fue recopilar información sobre el personal docente de las instituciones de educación superior en Bahía y analizar su perfil en el período de 2008 a 2018. El corte elegido, en este caso, los docentes de educación superior se debe al hallazgo de que, en el período seleccionado, Bahía ganó cuatro instituciones de educación pública más, las cuales tienen campus en el interior del estado, lo que a su vez brindó vacantes de trabajo para profesores de educación superior con maestría y doctorado y que esta inserción se encontró en RAIS, aunque presenta cierta irregularidad en la información sobre el sector público. Considerando la hipótesis de que hubo un aumento de la ocupación de los docentes de educación superior en Bahía en el período seleccionado, el objetivo del estudio fue analizar si hubo tal aumento y en qué características demográficas. Este estudio exploratorio busca confirmar algunos fenómenos observados en los pasillos de las instituciones, que son el aumento de profesores y médicos más jóvenes y el predominio de mujeres, pero también las nuevas políticas de remuneración, carga de trabajo y calificaciones

de los docentes. Sin embargo, a partir del análisis de los datos del RAIS, los resultados de este trabajo se enfocaron en otras bases de datos como E-MEC y GEOCAPES, que otorgan el número de maestrías y doctores en instituciones de educación superior en el estado.

Palabras clave: Enseñanza superior; Trabajo docente; RAIS.

1. Introdução

A Bahia foi cenário do início não somente do Brasil como nação, mas de tantos outros fatos importantes para o desenvolvimento da nova terra, sendo ensino superior parte dessas primeiras iniciativas no país, sendo que esse fato não foi suficiente para que suas instituições chegassem ao patamar de reconhecimento e de desenvolvimento do setor, já que em dias atuais as melhores instituições de ensino superior – IES estão localizadas no sudeste do país, como mostra a publicação do Ranking da Folha de São Paulo de 2019, as três primeiras IES estão localizadas no sudeste, sendo duas primeiras em São Paulo e a terceira Rio de Janeiro.

Não se pode desconsiderar que a educação superior, principalmente na última década, foi alvo de grandes investimentos, não apenas de capital nacional, mas de estrangeiros em busca de oportunidades de grandes negócios educacionais, movidos por uma política nacional que buscou oportunizar o ensino superior a todos, considerando não apenas as IES públicas que foram construídas nas áreas mais remotas do país, mas principalmente das privadas, com o fomento de bolsas e financiamentos com baixos juros e condições menos abrasivas aos alunos.

Mas é importante por ressaltar que o mais importante propósito dessas IES, é a formação de capital humano qualificado em uma escala mais abrangente, a qual irá contribuir para o desenvolvimento da sociedade e, é essa premissa que fundamenta todos os investimentos realizados pelo estado, o qual o principal responsável é o professor, ora visto equivocadamente como figura simbólica, mas que merece todo respeito e admiração, não apenas dos alunos, mas de toda sociedade que de alguma forma ou nível educacional já foi aluno.

É sabido da importância do professor no constructo do homem desde a sua primeira infância, até a sua formação profissional, mas persiste uma preocupação em se saber quem são como chegaram a esta condição tão importante, e se estão sendo recompensados de maneira respeitosa no âmbito remuneração e quais suas condições de trabalho já que se enfatizada a necessidade de políticas públicas para valorização do trabalho docente, não

apenas a latente e atual discussão de qual o momento ideal para que se aposentem. Outra perspectiva é buscar mostrar se houve modificações do trabalho docente nos últimos anos, e caso tenha, quais mudanças ocorreram no mundo do trabalho e não somente sob a ótica dos interesses econômicos e políticos, mas também do cerne das novas habilidades e conhecimentos das quais são esperadas aos profissionais, que se depara com novo aluno com comportamento diverso e sem esquecer que precisam ainda lidar com relações acadêmicas (produzir, orientar, gestão educacional), ora até demasiadamente laborioso.

Os dados e resultados da pesquisa foram alcançados utilizando como fonte o banco de dados Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo é verificar informações sobre o perfil demográfico de professores do ensino superior no estado da Bahia. Vale aqui salientar quão diversificada e abundante é essa base de dados utilizada para análises. A eleição por um recorte analítico relativo a professores do ensino superior deve-se à constatação de que, no período compreendido entre 2008 e 2018, o estado ganhou mais quatro instituições de ensino públicas e os dados sobre tais empregos estavam disponíveis de forma ordenada na RAIS, dos quais foram considerando a natureza jurídica de maneira a considerar todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do estado, sendo elas públicas ou privadas.

Em função do acesso a tais dados da RAIS, foi possível levantar o seguinte leque de informações: 1) a evolução do quadro de empregos docente nas IES; 2) a distribuição por sexo; 3) a distribuição por faixa etária; 4) a sua formação/titulação; 5) a faixa remuneração média por salários mínimos por horas faixa de horas de contratação e 6) a localização geográfica desta atuação. Este estudo exploratório buscar evidenciar um fenômeno já observado empiricamente nos corredores das IES, o qual nota-se uma renovação do quadro docente e ao mesmo tempo uma disposição destes na continuidade da formação educacional por parte destes.

Elucidados esses pontos, resta explicar como será apresentado esse artigo que, além desta Introdução e das Considerações Finais, é composto de mais quatro seções. Na segunda, busca-se historiar as instituições de ensino superior com brevidade no contexto brasileiro e com ênfase a Bahia que se inicia ainda em 1808, além de seu processo de interiorização que se julga importante principalmente pelo tamanho da sua área territorial e pela diversidade regional a qual possui o estado. Na terceira investe-se na exposição da profissão professor, contextualizando com mudanças e exigências atribuídas ao atual profissional. Na quarta o descritivo da metodologia utilizada para alcance dos resultados apresentados na quinta seção que por sua vez, faz-se a inspeção dos números da RAIS, atentando-se ao que propõe os

objetivos postos a este estudo.

2. As instituições de Ensino Superior no Brasil e na Bahia

O mundo ocidental teve a sua primeira universidade¹ em 1088 a Universidade de Bolonha, seguida das universidades de Oxford na Inglaterra, criada em 1096 e de Paris, em 1170. Os Estados Unidos só teve sua primeira universidade, em 1636, a Harvard College, que atualmente é uma universidade de grande relevância em ensino superior e pesquisa, mas que somente em 1780 foi mencionada pela primeira vez como universidade, a Harvard University (Pereira, 2010).

No Brasil os padres jesuítas foram os pioneiros na abertura dos primeiros estabelecimentos educacionais, oferecendo a educação média e superior para a população masculina o que inclui os indígenas. A educação média era para os homens da classe dominante, que por opção poderiam continuar nos colégios² e ingressar na classe sacerdotal, e a educação superior religiosa para os que seguiram nos colégios. Os que não seguiam a carreira eclesiástica iriam completar seus estudos, no exterior, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar letrados (Romanelli, 1980, p.36). Expulsos em 1759, os jesuítas, continuaram com seus ensinamentos³, mas o sistema educacional da então Colônia teve um hiato de 13 anos, onde leigos começaram a ministrar aulas de disciplinas isoladas, e o Estado então assumindo a educação, não mais a igreja.

O ensino superior no Brasil teve início na Bahia e segundo Boaventura (2009, p.36), a educação superior oferecida sob a forma de universidade é um fenômeno recente no Brasil, mas ainda no século XVI este nível de educação foi instalada com o ensino religioso oferecido pelos padres jesuítas⁴ e a mais antiga instituição de ensino superior do país foi fundada por D. João VI, em 1808, com a chegada da família real ao país, a então Escola de Cirurgia da Bahia, atualmente Faculdade de Medicina da Bahia, pertencente à Universidade Federal da Bahia (Boaventura, 2009, p.86). Outras faculdades surgiram ainda na década de 1827 em São Paulo e Recife, ambas de Direito. Romanelli (1980, p.38) destaca que a instituição do ensino superior no Brasil foi um passo importante para a independência política do país, a partir da ampliação na quantidade de pessoas “letradas”.

¹ Instituição que se propõe a fazer ensino (Graduação e Pós-Graduação), Pesquisa e Extensão)

² Os colégios concediam grau de mestre de artes (Romanelli, 1980, p. 35-36).

³ Apenas para seus sacerdotes na formação do clero secular.

⁴Os jesuítas mantinham os colégios para formação de sacerdotes e seminários para formação do clero secular. (Romanelli, 1980, p. 36).

A primeira legislação universitária brasileira, de 1931⁵, autorizou as instituições que surgissem a concederem "privilégios universitários", entre eles, o direito de os diplomados exercerem as profissões liberais, ela ainda honrava as noções usuais de cultura, pesquisa e autonomia institucional, mas sua principal preocupação era manter sob controle os padrões e o tamanho das profissões, para isso, as universidades seriam submetidas à rígida fiscalização ministerial (Schwartzman, 2006, p.163-164).

A primeira a ser criada seguindo as normas da nova legislação, e também a mais bem sucedida, foi a Universidade de São Paulo – USP, em 1934. Ela reuniu as faculdades de Direito (1827), Medicina (1912), Escola Politécnica (1893) Faculdades de Farmácia e Odontologia (1898), Escola Superior de Agricultura (1901) e o Instituto de Veterinária (1919), todas do estado de São Paulo.

Mas mesmo antes desta legislação, outras instituições receberam o título de universidade⁶ e foram bem sucedidas, como a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro, reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, e tem a atual denominação desde 1965. A Universidade do Rio de Janeiro surgiu da reunião das três faculdades do Rio de Janeiro: Medicina, Direito e Engenharia. Em 1927 a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e em 1934 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Porto Alegre. Estas IES estão entre as cinco melhores do país considerando não apenas o ensino, mas a pesquisa, sua atuação no mercado, ações de inovação internacionalização, mostrado como mantiveram no cume.

Dessas iniciadoras, tiveram três que não foram bem sucedidas, que foram a Universidade de Manaus (1909), resultado da iniciativa de grupos privados, oferecia cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de Oficiais da Guarda Nacional. O esgotamento da prosperidade econômica na região levou ao fim da instituição, em 1926, da qual restou apenas a Faculdade de Direito, incorporada em 1962 à recém-criada Universidade Federal do Amazonas. A segunda não exitosa foi a Universidade São Paulo (1911), criada com recursos de “um sócio capitalista”, ofereceu cursos na área de saúde, como Medicina, Odontologia e Farmácias, Comércio, Belas Artes e Direito, porém encerrou suas atividades em 1917, pois com o curso de medicina sendo oferecido pelo governo, os alunos migram o que tornou sua manutenção inviável financeiramente. A terceira universidade foi no Paraná (1912), ela recebeu apoio do governo estadual, ofereceu cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia, mas com a proibição de equiparação de instituições com

⁵ Decreto 19.851 de 11/04/1931 que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, adotando, para o ensino superior, o regime universitário.

⁶ Através do Decreto 14.343 de 07/09/1920, durante o governo de Epitácio Pessoa (Romanelli, 1980).

menos de 100 mil habitantes⁷, a universidade teve que encerrar suas atividades, permanecendo apenas com seus cursos livres de Medicina, Direito e Engenharia, ao quais foram incorporados em 1950 a atual Universidade do Paraná (Cunha, 2000, p. 162-163).

A educação superior brasileira surgiu, portanto na Bahia, com o então Curso Médico Cirúrgico em 1808, seguido pela Academia de Belas Artes em 1877, ambos incorporados posteriormente a UFBA e pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura criado em 1877 e localizado em São Bento das Lages, no município de São Francisco do Conde, Recôncavo da Bahia. Mas apesar de ter a primeira escola superior do Brasil a Bahia somente teve sua primeira universidade, no caso a UFBA em 1946, ou seja, 12 anos após a USP, que é a primeira do Decreto 19.851 e 26 anos após a primeira do Brasil⁸.

A década de 50 foi o período de aceleração do processo de aglutinação das faculdades pelo Governo Federal, dando origem a muitas universidades federais e as instituições católicas e privadas. Romanelli (1980, p.27) considera que isso tenha acontecido em função das demandas crescentes por educação no país:

O crescimento da demanda social de educação pode ser tomada como indicador de necessidades do desenvolvimento, uma vez que se revela aspectos sociais do desenvolvimento, por traduzir o aparecimento e crescimento de novas camadas, assim como a evolução de uma consciência social do valor da educação. [...] Na relação entre educação e desenvolvimento, parece-nos correto fazer-se a análise partindo da questão de saber que papel desempenham nessa relação as necessidades econômicas, a demanda social da educação e o resultado da pressão desses dois fatores, que se traduz pela oferta do ensino (Romanelli, 1980, p. 27).

Entre as décadas de 50 e 70, foram criadas muitas universidades federais (Ceará, Caxias do Sul, Goiás, Santa Maria, Santa Catarina, São Carlos, Ouro Preto, e outras), estaduais (UNICAMP, Itabuna⁹, Maringá) e privadas (as PUCs do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, a Presbiteriana Mackenzie).

Neste mesmo período, o ensino superior se expandiu na Bahia, com a criação das primeiras instituições privadas: a Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, em 1952, a Universidade Católica do Salvador e a Faculdade de Educação da Bahia (FAEBA) na década de 1960, a Escola Superior de Estatística da Bahia em 1966 e a Escola de Administração de Empresas da Bahia¹⁰, em 1972.

⁷o Decreto Federal nº 11.530, da Reforma de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (chamada Lei Maximiliano), novamente exigia que as instituições de ensino superior fossem equiparadas a estabelecimentos oficiais e tivessem cinco anos de funcionamento, em localidade com população superior a 100 mil habitantes (Romanelli, 1980).

⁸ Considerando, no caso a UFRJ, que foi autorizada pelo o decreto 14.343 de 07/09/1920

⁹ Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna - FESPI

¹⁰ Atualmente Universidade Salvador (UNIFACS).

Em 1961 com a lei 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tinha o intuito de organizar o sistema de ensino brasileiro, uma espécie de arcabouço, e não apenas do superior, mas do fundamental, médio e profissionalizante.

A lei nº 9.394, que a substituiu teve por objetivo, regulamentar a educação e logo em seu primeiro artigo, coloca a abrangência que educação deve ter.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil, 1996)

As universidades estaduais baianas surgem a partir de 1968, mas antes em 1960 já havia uma instituição mantida pelo Estado que era a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF). O Plano Integral de Educação e Cultura da Bahia¹¹, de 1968, teve grande importância neste contexto. A primeira instituição foi a Faculdade de Formação de Licenciados de 1º ciclo do Interior e, logo, em 1970, foi instituída a primeira universidade estadual, sob a forma de Fundação Universidade Feira de Santana, a atual Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sendo seguida, em 1980, pela Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) em Vitória da Conquista, e atualmente em Jequié e Itapetinga. Em 1983, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que surgiu já em caráter multicampi¹² (Boaventura, 2009, p. 45-58). Em 1991, o processo teve continuidade, com a criação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em Ilhéus, que se originou de três unidades, a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Ciências Econômicas em Itabuna, e a Faculdade de Direito de Ilhéus, que havia sido autorizada em 1961, como a primeira instituição de ensino superior privada fora da capital da Bahia (p. 73).

Todas as instituições citadas foram criadas em momentos diferentes da história do Brasil e da Bahia, mas todas em seu momento tiveram como principal propósito atender uma necessidade, ora governamental, ora das necessidades materiais e de mercado para a qualificação de recursos humanos, assim como a qualificação dos educadores.

Uma preocupação induziu a criação do curso de agricultura na Bahia, em Salvador, que era a segunda cidade em maior importância pelo seu movimentado porto, com exportação de açúcar, fumo e outros produtos coloniais. O objetivo era aumentar a opulência e prosperidade utilizando-se a fertilidade do solo, A agricultura, quando

¹¹ Uma das metas eram: Instalação das faculdades de formação 1º ciclo, Universidade Estadual no Sul da Bahia, Escola Superior de Educação Física em Salvador, ampliação da Faculdade de Agronomia no Médio São Francisco (Boaventura, 2009, p. 50).

¹²A administração central da instituição, é em Salvador e possui departamento distribuídos em 23 municípios baianos de porte médio e grande.

bem entendida e praticada, era considerada como a primeira fonte de abundância e de riqueza nacional. (Boaventura, 2009, p.135).

Após 1991 quando a UESC foi criada, a Bahia somente foi ter uma nova universidade em 1997, quando a então Escola de Administração de Empresas da Bahia passa a ser Universidade Salvador (UNIFACS). Em 2001, foi criada a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em seguida no ano de 2005, instituiu-se a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com 6 campus, distribuídos nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus. Em 2008, com a Lei 11.892, os antigos Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs), tornaram-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e desde então a Bahia tem mais instituições de ensino superior federal o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO).

As mais recentes universidades foram criadas em 2013, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), localiza em Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro e a Universidade do Oeste da Bahia (UFOB), com sede em Barreiras. A Bahia possui 184 instituições de ensino superior, sendo 153 faculdades¹³, 19 centros universitários¹⁴, 2 institutos federais, 2 universidades privadas e 8 universidades públicas (E-MEC, 2020). O que difere uma universidade de uma faculdade ou centro universitário é o tripé ensino (graduação e pós-graduação *stricto sensu*), pesquisa e extensão que é oferecido aos alunos das universidades, com desígnio de atingir o objetivo de formar profissionais com ações integradas e contribuindo com o crescimento social, humano, intelectual e material. Vale aqui esclarecer que algumas faculdades e centros desenvolvem pesquisa e extensão, mas não com a cobrança a qual é imposta as universidades.

Para medir a qualidade das universidades brasileiras, foi construído o índice baseado em uma média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição, permitindo medir a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado da mesma instituição de ensino. O Índice Geral de Cursos (IGC) é divulgado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC), imediatamente após a divulgação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). O último resultado divulgado em 2018 analisou 106 instituições na Bahia e mostrou que 23% das instituições baianas possuem

¹³ O Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), considera as Faculdades por município e não por CNPJ, se considerar por CNPJ, seriam 93 faculdades.

¹⁴ Cadastro e-MEC), considera os Centros Universitários por município e não por CNPJ, se considerar por CNPJ, seriam 17 Centros.

um bom IGC (4 quatro), 63% com índice três, considerado regular, 10% com índice dois, e com péssima (1 um) avaliação que representa 3% e apenas uma única IES obteve o IGC cinco, considerado de excelência. O IGC é o indicador que avalia a instituição e sua nota é composta pela média do Conceito Preliminar de Curso (CPC) do último triênio do Enade; média dos conceitos de avaliação trienal dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para as IES que possuem e distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu*. Muitos destes pontos dependem do trabalho não apenas da gestão acadêmica dessas instituições, mas do trabalho dos docentes do qual é importante considerar que atualmente ocorre um tocante exasperado nas condições de trabalho, do qual muitos precisam desempenhar tripla jornada de trabalho, falta de equipamentos para ministrar aulas, principalmente das práticas, sem contar com as contratações como professor substituto, por tempo determinado, a qual a atual flexibilização da atividade docente permite e que por consequência não permitem a construção de projetos longínquo dentro dessas instituições, além de precisaram ter mais de um vínculo para que tenham uma renda decente.

Diante destas condições é preciso buscar conhecer quem são estes atuais docentes na Bahia que vamos analisar para principalmente entender a evolução da profissão.

3. A Profissão Professor do Ensino Superior

O Brasil em 2018 possuía na RAIS 261.637 registros de docentes no ensino superior, um aumento de 20% em relação a 2008. Infelizmente esse não é um dado preciso disponibilizado por esta base, ou por outras.

Os vários órgãos que coletam dados sistemáticos sobre os docentes (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Ministério da Educação – MEC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) até o momento de realização desta pesquisa o faziam segundo lógicas diversas, sendo que, a qualquer das fontes a que se recorra, não é possível chegar ao número preciso de professores no país (Gatti, 2009, p. 16).

Ao pensar na profissão docente de ensino superior precisamos fazer algumas considerações, já que não existe a faculdade para a formação do professor de ensino superior, nem mesmo as licenciaturas que outorgam o ensino em níveis inferiores.

Nos inícios do século XX aparece a preocupação com a formação de professores para o secundário (correspondendo aos atuais anos finais do ensino fundamental e ao

ensino médio), em cursos regulares e específicos (...) primeiras décadas do século XX, a necessidade de maior escolarização (...), nos anos 1930, a partir da formação de bacharéis, acrescenta-se um ano com disciplinas da área de educação para a obtenção da licenciatura, esta dirigida à formação de docentes para o ensino secundário. Esse modelo vai se aplicar também ao curso de Pedagogia, regulamentado em 1939, destinado a formar bacharéis especialistas em educação e, complementarmente, formar professores para as Escolas Normais, os quais tinham também, por extensão e portaria ministerial, a possibilidade de lecionar algumas disciplinas no ensino secundário (Gatti,2009, p. 37).

Mas de regra a maioria dos cursos é de bacharelado e as áreas que mais possuem cursos, discentes e docentes, são os das áreas de saúde, engenharias, ciências humanas e aplicadas, e daí que cabem as considerações sobre o que atraem os profissionais a mudarem de ofício (para docência), quais as condições do ingresso e uma vez inseridos quais premissas de permanência. O docente no ensino superior deve possuir atribuições além do ensinar, principalmente os docentes das IES públicas, já que a eles competem realizar também a pesquisa e a extensão, portanto, maiores habilidades a eles conferidas principalmente na formação doutoral, o que não é executado por muitos por diversas questões, mas que mesmo assim estão em pleno exercício, uma vez que a docência entra como uma forma de complementação de renda como aborda Paiva (2010),

O processo de autocrítica desencadeado pela comunidade acadêmica, principalmente pelos professores, há algumas décadas, revelou que a docência no ensino superior, assim como para a pesquisa, exige competências próprias. Essas competências, se desenvolvidas, trariam uma conotação de profissionalismo à atividade docente, superando a conotação do exercício da docência superior pela complementação salarial (Paiva. 2010. P. 164).

O tempo é segundo entrave para estes docentes do ensino superior, principalmente das IES privadas já que muitos estão na docência como profissão secundária, ou apresentam mais de um vínculo institucional, alguns até em outros municípios, ou ministram muitas disciplinas, inclusive até sem muita aderência a sua formação, conforme explicado por Locatelli,

Quando se verifica a situação do trabalho docente no ensino superior, não é possível ignorar alguns dos seus principais problemas, sobretudo aqueles relacionados ao efetivo de trabalhadores que atendem às instituições privadas. Não é desconhecida a ação de parte dessas instituições que procuram superlotar salas de aula, reduzir a carga horária presencial e optar por professores menos experientes ou com formação mais baixa como forma de reduzir custos e aumentar os lucros dos investidores. Um fenômeno bastante observado é o fato de um docente assumir várias disciplinas, às

vezes em instituições diferentes, tendo que fazer grandes deslocamentos, reduzindo significativamente o seu tempo para estudos e planejamentos (Locatelli, 2017, p. 84).

As conseqüências postas por Locatelli (2017) é a “apresentação de uma prática que não condiz com o discurso”, já que sem tempo para preparar boas aulas, que tenham uma dinâmica adequada para aplicar em sala e que, sobretudo que possam ter tempo para buscar investir na formação que será a retroalimentação do conhecimento adquirido que contribui para o aprendizado dos alunos, que por sua vez é componente de eficácia ou de boa qualidade, que está relacionando diretamente a qualificação do corpo docente que não necessariamente é adquirida pelo título de mestre e doutor como Neiva e Collaço afirmam que,

precisa afastar ao máximo os critérios subjetivos, como é aquele centrado na titulação docente. A subjetividade, neste caso, reside na presunção equivocada de que título é sinônimo de qualificação docente, fato que nem sempre é verdadeiro quando se trata de medir o grau de excelência do corpo docente de uma instituição e do ensino por ela oferecido, já que a titulação, por si só, tem se revelado imprestável e insuficiente para que se possa chegar a uma conclusão precisa sobre o desempenho de cursos e instituições (Neiva e Collaço. 2006. p.101).

A busca desta qualificação docente nas IES acontece, portanto, por meio da titulação em cursos de mestrados e doutorado conforme estabelecido no artigo Art. 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” que também vem a ser um objetivo da Meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei n. 13.005/2014, que tem como uma de suas diretrizes a valorização dos profissionais da educação especificamente que é “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo de 35% doutores”.

Como bem posto por Barbosa e Neta (2018), trata-se de atividade complexa e o docente necessita de preparo para atuar em todas as dimensões, o que ostra que de fato existe uma necessidade para que se ocorra uma formação continuada para o professor de qualquer nível educacional, que visa além de valorizar sua formação permanente, mas em atender as mudanças ocorridas na sociedade, que como exemplo o uso das novas tecnologias que possuem algumas limitações, seja por infraestrutura das instituições, seja por aceitação dos professores em ter este apoio não apenas em sala de aula, mas fora dela, que passa a ser uma parceira neste processo que cada vez se torna necessário por todo este acesso a informação que os discentes dispõem, e que podem até achar desnecessária a figura do professor, e que

nesse ponto que entra a importância do próprio, em fazer uso dessas tecnologias para formar seus alunos com o que eles hoje mais possuem afinidade. É preciso que ambos tenham esse consenso que as tecnologias nunca substituirão os professores. Cortella (2014) traz uma afirmação que retrata muito bem a dinâmica do atual educar “passado é referência, não é direção” (p.10), o que exige do professor a busca da permanente qualificação para desenvolver um conhecimento profissional que possibilite a transmissão do conhecimento com qualidade e inovação.

Dentro deste sistema regulatório que cerca a educação superior, à docência na nesse nível educacional está entre os muitos fatores de mensuração da qualidade da educação, conforme posto por Paiva (2010) dos muitos instrumentos de avaliação aos quais são submetidas às IES, e que traz alguns aspectos pertinentes à formação e qualificação do corpo docente, sob enfoques diferenciados, o que se leva a entender que tanto a formação quanto a experiência se fazem importantes no sistema educacional superior, mas será que as instituições auxiliam este professor nesse processo que carece de tempo e investimento para ingresso em Programas de Pós-Graduação e até Cursos de Extensão? Pelos entraves postos anteriormente a resposta é não, com exceção das públicas, as privadas por questões financeiras não fazem ou mesmo não podem.

O fato é que as contratações nas IES públicas e das privadas são cada vez mais de jovens mestres ou doutores sem experiência na sua profissão de graduação, tão pouco possuem experiência na docência, conforme mostra os dados da RAIS que analisados, mas antes é preciso falar do processo metodológico

4. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se de caráter exploratório, pois busca evidenciar um fenômeno já observado empiricamente nos corredores das IES, o qual nota-se uma renovação do quadro docente e ao mesmo tempo uma disposição destes na continuidade da formação educacional. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, sendo realizada por meio de levantamento de referencial teórico com base em autores com conhecimento e atuação nos temas abordados, portanto, possibilitando uma melhor elucidação, já que metodologia, de abordagem teórica tem a finalidade de buscar estudar um tema do qual tem um quantitativo considerável de estudos tratados e é caracterizada, de acordo com os objetivos, em pesquisa como descritiva devido aos procedimentos de coleta bibliográfica e documental que no caso desse estudo foi consultado o banco de dados Relação Anual de Informações Sociais (RAIS),

do Ministério do Trabalho e Emprego

Os dados e resultados da pesquisa foram alcançados utilizando a parametrização da base, das quais foram considerando três categorias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, na opção hierárquica “CNAE 2.0 Subclasse” (Educação superior - Graduação, Educação superior- Graduação e Pós-Graduação e Educação superior - Pós-Graduação e Extensão. Outra categoria, foi a de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) “CBO 2002 Família”, a qual se definiu nove delas para professores do ensino superior, divididas por habilitações do lecionar. a) professores de matemática, estatística e informática; b) professores de ciências físicas, químicas e afins; c) professores de engenharia, arquitetura e geologia; d) professores de ciências biológicas e medicas; e) professores na área de formação pedagógica; f) professores nas áreas de língua e literatura; g) professores de ciências humanas; h) professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis e i) professores de música, artes e drama.

Foi atribuído a métrica de estabelecimento “Natureza Jurídica Especial” disponível na RAIS selecionadas as categorias de Setor Público Federal, Setor Público Estadual, Entidade Empresa Privada e Entidades sem Fins Lucrativos como forma de absorvê-las em sua totalidade. É oportuno lembrar que a Bahia, segundo último censo divulgado em 2018 para o período de 2009 a 2017 realizado pelo Instituto e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - INEP, possui 133 instituições de ensino, sendo 43 da capital e 90 distribuídas na região metropolitana e interior, de natureza pública e privada.

Importante dizer aqui que, como se verá na sequência, tal contingente se constitui de 10.892 docentes no ano de 2018, porém a RAIS e INEP consideram os vínculos de empregos dos docentes nas IES, o que vem a ocorrer duplicação para os casos que possuem funções docentes em mais de uma instituição. Porém, para este estudo fica valendo os dados da Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia que foi o a fonte escolhida para discussão nesse trabalho.

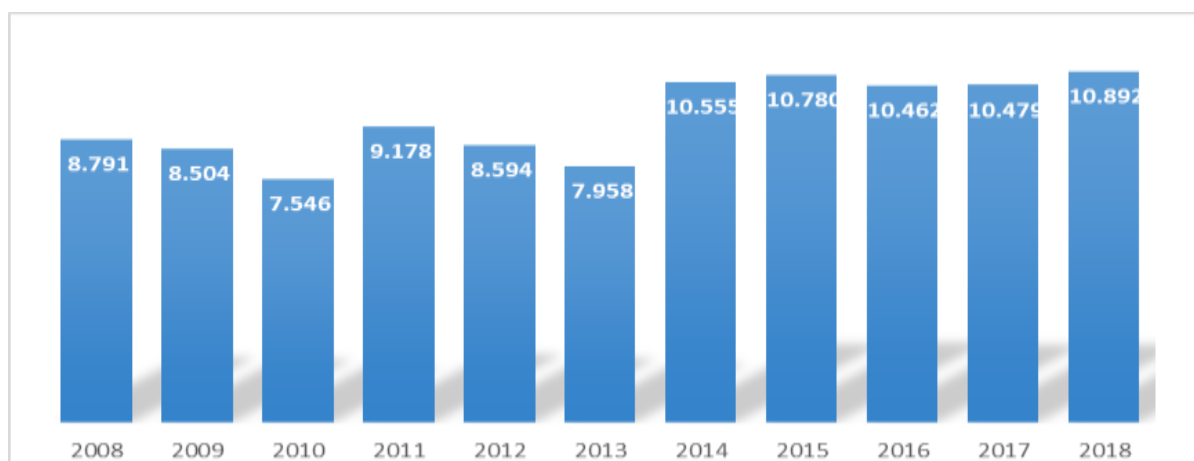
Em função do acesso a tais dados da RAIS, foi possível levantar o seguinte leque de informações: 1) a evolução do quadro de empregos docente nas IES; 2) a distribuição por sexo; 3) a distribuição por faixa etária; 4) a sua formação/titulação; 5) a faixa remuneração média por salários mínimos por horas faixa de horas de contratação e 6) a localização geográfica desta atuação.

5. Os Professores do Ensino Superior no Bahia no Período de 2008 a 2018

Para conhecer quem são os docentes em exercício na Bahia que esta investigação recorreu aos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que considerando a transparência dos dados públicos, divulga as informações de suas duas principais bases de dados, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que permitem acessar um rico conteúdo que apresenta as características do mercado de trabalho no Brasil. A RAIS apresenta dados anuais de trabalhadores com vínculo estatutários, celetistas, temporários e avulsos, em estabelecimentos públicos e privados, ou seja, de todas as questões estruturais do mercado de trabalho formal.

A RAIS por esta amplitude, confiabilidade e disponibilidade das informações, foi escolhida como base de dados para conhecimento do perfil docente das IES baianas e o primeiro dado analisado, diz respeito ao número total de docentes do ensino superior no período de 2008 a 2018, revelando que em dez anos houve um crescimento significativo desse número na Bahia, passando de 8.791 em 2008, para 10.892 em 2018, um aumento de quase 19% em novos professores. A Figura 1 apresenta a distribuição por ano no período, o qual pode identificar o aumento 25% de 2013 para 2014, que foi justamente a o período de criação da IES federais UFSB e UFOB. No período em epígrafe, dois anos chamam atenção pela distorção em relação ao ano anterior e sucessor, que são o de 2010 e 2013 que apresentaram dados inferiores, sem que houvesse explicação para tal apresentação do cenário.

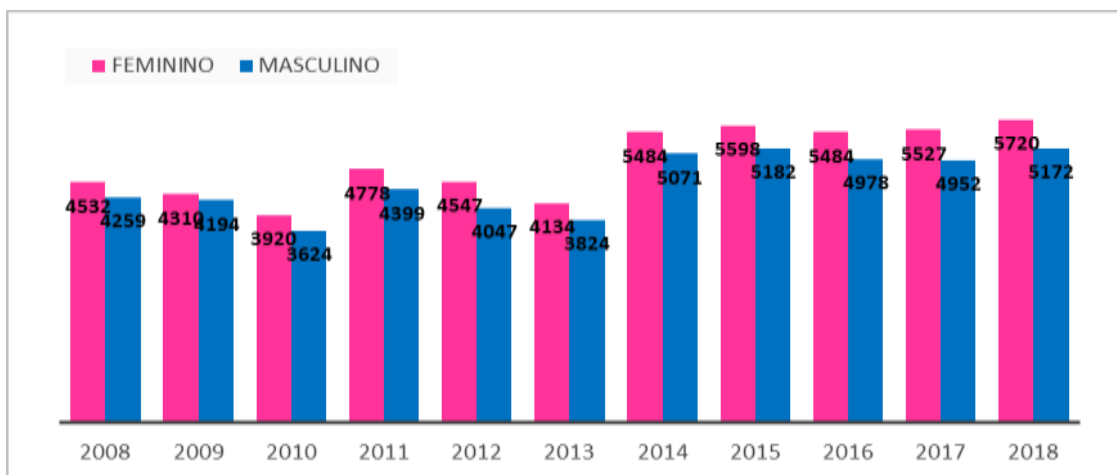
Figura 1 – Empregos da Educação Superior na Bahia - 2008-2018.



Fonte: MTE - RAIS, 2008-2018.

Quando observado esse quantitativo de professores em relação ao sexo, a média no período é 52% do sexo feminino e 48% do masculino, o que mostra uma diminuição na retenção das mulheres nas universidades, já que segundo Censo da Educação Superior, do ano de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), existe predominância das mulheres na educação superior, identificando que elas são 55% dos estudantes ingressantes, 57% dos matriculados e 61% dos concluintes da graduação, chegando a serem 70,6% das matrículas os cursos de licenciatura. A Figura 2 apresenta esta distribuição no período e que pode ser observada a discreta diferença entre os sexos, o que refuta parcialmente um entendimento inicial desta hegemonia feminina, sendo predominante relevante a sua participação nos cursos de ciências biológicas e medicas do ensino superior (58%), e na área de formação pedagógica do ensino superior (53%).

Figura 2 – Empregos da Educação Superior na Bahia - 2008-2018 – SEXO.

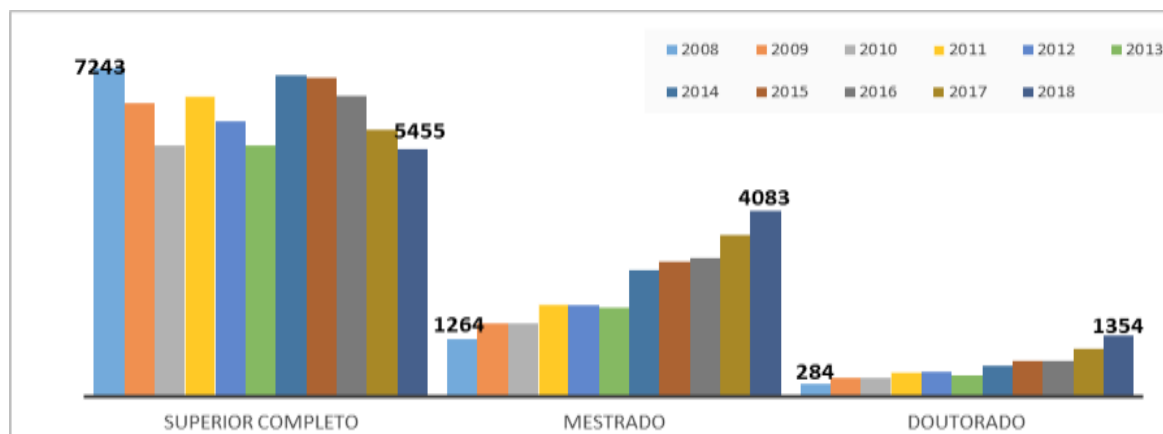


Fonte: MTE - RAIS, 2008-2018.

Ao analisar o grau de formação, a Figura 3 mostra uma diminuição no número de professores com apenas a graduação, haja vista que os editais de seleção que se usa para recrutar docentes, exigem que tenham no mínimo mestrado, salvo raras exceções. Mas, de toda forma pode-se ver que houve aumento na melhoria da titulação dos docentes. O número de docentes apenas graduados em 2008 eram 7.243 e em 2018 foram registrados 5.455, uma redução de 25%. O aumento de mestres e doutores é impressionante, por conta das políticas de contratação e de formação que existem, foi observado um crescimento de mais de 200% em mestres e pouco mais de 376% de doutores informados nas RAIS no período em estudo. Indubitavelmente em números absolutos a quantidade de doutores, foi que se apresentou

como crescimento mais expressivo durante o período observado uma passagem de 284 para 1.354.

Figura 3 – Empregos da Educação Superior na Bahia - 2008-2018-Titulação Acadêmica.



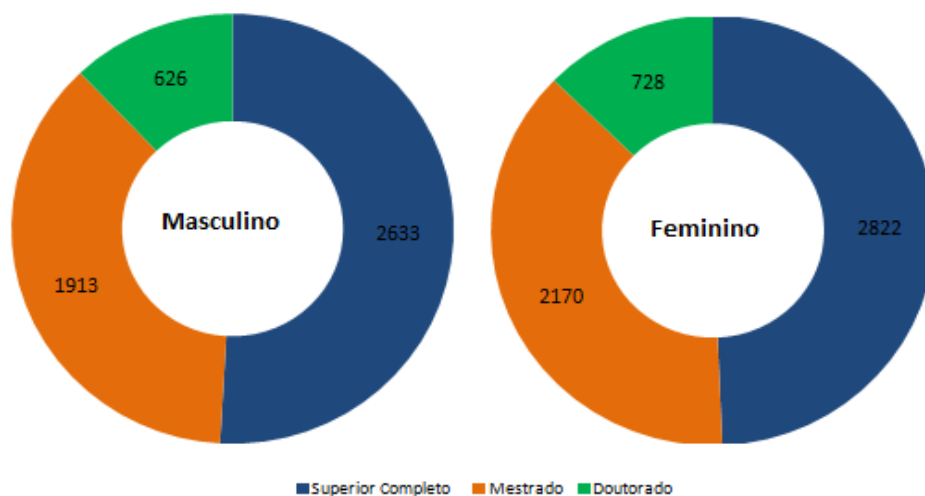
Fonte: MTE - RAIS, 2008-2018.

Este crescimento entra em consonância o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, que tem como uma de suas diretrizes a valorização dos profissionais da educação e especificamente a meta 13 que é “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores”. O qual impõe as IES cuidar através de suas contratações que esta meta seja atendida, mas considerando o percentual de docentes mestrado e doutorados (Figura 3) em 2008 este percentual era de apenas 17%, e em 2018 após a PNE já são 50%, o que ainda não está no percentual desejado, mas melhor que o percentual anterior.

Outro documento que regulamenta a participação de mestres e doutores nas IES é o Decreto federal 9.235 de 2017 nos artigos 16º e 17º que os Centros Universitários e as Universidades privadas, precisam ter um “um terço do corpo docente possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado”, obriga estas instituições a atenderem tal regulamento, para não sofrerem penalidades, como o direito de ter tal qualificação.

Em relação à distribuição por sexo, em 2008 eram 51% doutores e 49% doutoras acadêmicas, mestres 47% do sexo masculino e 53% do feminino e apenas com título de graduados, apresentou-se com 48% masculino e 51% feminino. A Figura 4 traz a apresentação da distribuição em números absolutos em 2018 e quando comparados aos percentuais de 2008, não se apresentam tão diferentes, já que do total de doutores, 48% são do sexo masculino e 52% feminino.

Figura 4 – Empregos da Educação Superior na Bahia - 2008-2018 – Formação Acadêmica X Sexo.



Fonte: MTE - RAIS, 2008-2018.

A análise dos dados por faixa etária (Tabela 1) revela que a faixa de idade de 30 a 39 anos representa 41% do corpo docente analisado, um aumento de apenas 1% em relação a 2008, o que é semelhante em outras faixas, ou seja, o percentual foi muito próximo nesses dez anos. Porém quando fazemos a análise das faixas pelo nível de titulação se apresentam com fatos mais interessantes, já que podemos perceber que a busca pelo aperfeiçoamento vem ocorrendo cada vez mais cedo, assim como a inserção profissional na academia. O exemplo mais emblemático a ser apresentado é em relação faixa etária com mais docentes, (30-39 anos) que teve um aumento de 76% em doutores em relação a 2008. A segunda faixa em volume de docentes (40 a 49 anos), na mesma comparação, teve um aumento de 78%, a terceira (50 a 64 anos) 81% e a última faixa que provavelmente representam docentes já próximos a sua aposentadoria e que faziam parte do grupo de 2008, já que possuem 65 anos ou até mais, teve um aumento de 90%, o que podemos até sugerir que buscaram nesses dez anos um curso de aperfeiçoamento e por consequência um a nova titulação.

O mais interessante nessa análise é que a cada ano se apresentam nas IES mestres e doutores com menor idade e dispostos a ter uma carreira promissora na profissão do formar, sendo que muitos podem ter despertado para a profissão ainda enquanto graduandos podem até ter feito parte de Programas de Iniciação Científica (PIBIC) ou iniciação à docência (PIBID) que buscam inseri-los em um ambiente de pesquisa e ensino que formam profissionais predispostos a seguir padrões que possam levá-los a excelência docente. O PIBIC, por exemplo, é fomentado pelo governo estadual, através da Fundação de Amparo ao

Estado da Bahia – FAPESB que de 2003-2010 concedeu 10.589 para alunos de universidades e instituições de pesquisa do estado da Bahia e muitos destes alunos de faixa de 18 a 49 anos podem ter sido egressos do PIBIC/FAPESB e daí despertados a vocação à docência e pesquisa durante esta experiência. O programa busca contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores; 2. contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; 3. Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação; 4. Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa. Esta análise seria apenas uma especulação, já que as amostras não podem ser confrontadas. A Tabela 1 se apresenta considerando faixas etárias e grau de instrução em 2008, ano de partida do estudo e 2018 o final.

Tabela 1 - Empregos da Educação Superior na Bahia - 2008-2018 – Faixa etária x titulação.

Faixa Etária	Superior Completo		Mestrado		Doutorado	
	2008	2018	2008	2018	2008	2018
18 a 24	59	19	2	4	0	0
25 a 29	927	461	89	343	6	11
30 a 39	2.886	2.341	558	1.712	105	455
40 a 49	1.856	1.547	365	1.113	98	453
50 a 64	1.258	943	234	785	66	346
65 ou mais	257	144	16	126	9	89
Total	7.243	5.455	1.264	4.083	284	1.354

Fonte: MTE - RAIS, 2008-2018.

Outra imposição do decreto 9.235 de 2017 nos mesmos artigos 16º e 17º que os Centros Universitários e as Universidades privadas, precisam garantir que um quinto do corpo docente seja contratado em regime de tempo integral e nessa verificação no âmbito empregatício das IES, considera-se ao regime de trabalho docente, como tempo integral (41 a 44), tempo parcial (20 a 39) e horista (1 a 19). O Quadro 1 mostra que, em 2008, 32,31% tinham contrato de trabalho de tempo integral, 11,86% de tempo parcial nas IES e 55,83% eram horistas. Este cenário mudou em 2018, se apresenta bem inferior para os com contrato de tempo integral, sendo apenas 13,40%, uma redução de quase 42% em relação a 2008. De tempo parcial foram computados 26,29% de tempo parcial, um aumento de 55% comparando a 2008 e 60,31% horistas que representa um acréscimo de 7,4% em relação ao período anterior. O decreto 9.235 instituído poderá equacionar estes percentuais, já que dados mostram que o quantitativo de docentes em tempo parcial cresceu significadamente, ao passo, que os de tempo integral que eram quase um terço em 2008 regrediu e apenas os horistas se

mantiveram no patamar nos dois períodos. Esta variação também não ocorre na remuneração a RAIS que tem como indexador o salário mínimo, e apesar de ser apresentando assim, é preciso cautela, já que os docentes são remunerados por hora aula levando em consideração a sua titulação e este valor unitário é de livre definição das IES, mas como aqui será analisando sob este aspecto e o que foi, identificado é que a faixa de 3,01 a 15,00 a que mais possui incidência nos dois anos analisados, o que é concomitante com a carga horária de tempo parcial nas privadas e principalmente na públicas, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Empregos da Educação Superior na Bahia - 2008-2018 – Faixa Remuneração Média por Salários Mínimos por horas Faixa de horas de contratação.

Faixa remuneração Média (SM)	2008						2018					
	Até 12 horas	13 a 15 horas	16 a 20 horas	21 a 30 horas	31 a 40 horas	41 a 44 horas	Até 12 horas	13 a 15 horas	16 a 20 horas	21 a 30 horas	31 a 40 horas	41 a 44 horas
Até 0,50	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
0,51 a 1,00	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	6,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,3%	0,3%
1,01 a 1,50	4,4%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	1,4%	8,5%	0,4%	0,4%	0,1%	0,7%	0,6%
1,51 a 2,00	5,1%	0,2%	0,4%	0,0%	0,1%	1,5%	6,4%	0,8%	1,0%	0,4%	1,1%	0,7%
2,01 a 3,00	8,7%	0,5%	0,8%	0,2%	0,2%	4,4%	7,9%	1,8%	3,5%	1,3%	2,4%	2,0%
3,01 a 4,00	6,5%	0,9%	0,9%	0,2%	0,3%	5,5%	3,6%	1,1%	3,0%	1,5%	2,5%	2,0%
4,01 a 5,00	3,8%	0,9%	2,3%	0,5%	0,2%	3,9%	1,8%	0,6%	1,8%	1,3%	2,0%	1,5%
5,01 a 7,00	4,5%	1,2%	2,4%	1,6%	0,5%	4,9%	1,6%	0,5%	1,6%	2,1%	3,1%	2,4%
7,01 a 10,00	2,4%	0,8%	1,7%	1,4%	2,0%	3,6%	1,0%	0,1%	0,5%	0,9%	3,5%	2,2%
10,01 a 15,00	1,3%	0,3%	0,7%	1,4%	1,7%	2,4%	0,4%	0,0%	0,1%	0,2%	1,5%	1,2%
15,01 a 20,00	0,4%	0,0%	0,1%	0,4%	0,6%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,1%
Mais de 20,00	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,4%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
{ñ class}	1,6%	0,0%	0,2%	0,1%	0,1%	2,8%	3,5%	0,2%	0,5%	0,2%	0,5%	0,4%
Total	40,81%	4,77%	10,25%	5,80%	6,06%	32,31%	42,33%	5,48%	12,50%	8,02%	18,26%	13,40%

Fonte: MTE - RAIS, 2008-2018.

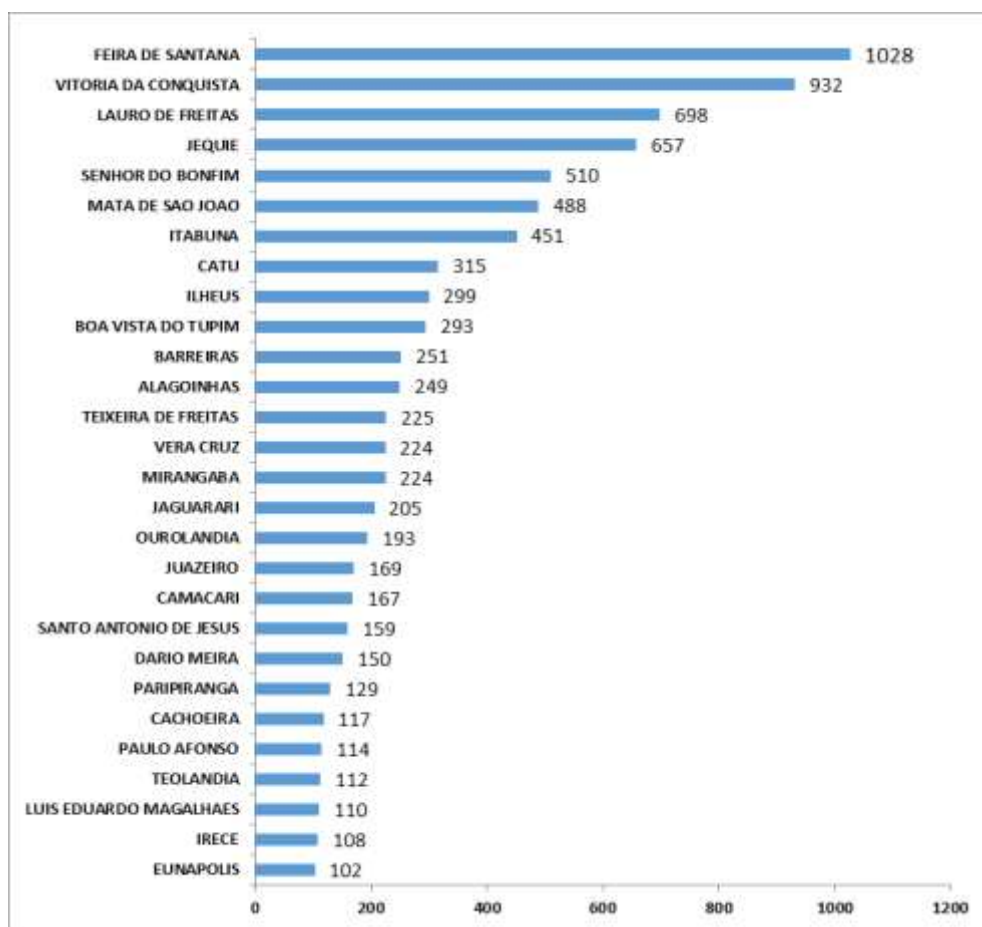
Outra análise realizada foi em relação à distribuição geográfica e para isso é importante lembrar que o processo de interiorização do ensino no Estado da Bahia, realizado principalmente pelas universidades estaduais, pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do estado, seja no Semiárido, no Sudoeste, no Recôncavo, na Região Cacaueira ou no Vale do São Francisco¹⁵. Assim como as instituições privadas contribuíram para o aumento de vagas para o ensino superior e atendendo a uma demanda não suprida pelo ensino superior público, ou seja, o federal e estadual. Para dar conta deste campo de investigação a verificação na RAIS se deu na seleção todos os municípios baianos os quais

¹⁵ Compartilhada com Pernambuco

foram identificados docentes de ensino superior em 169 (40%) dos municípios dos 417 do estado. A Figura 5 foi organizada, considerando os municípios que apresentaram no mínimo 100 docentes, exceto Salvador que possuía em 2018 68% do total de docentes (7.426) o que deve-se obviamente pelo fato de Salvador possui segundo o E-Mec cinquenta e uma Instituições de Ensino Superior, o que inclui quatro Universidades (2 privadas e 2 públicas) e a sede dos dois Institutos Federais que possuem um grande corpo docente.

Em relação ao que foi apresentado na Figura 5, o segundo município em número de docentes é Feira de Santana que é sede da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tem um Centro Universitário e dez Faculdades que juntas comportam 1.028 professores do ensino superior, segundo a RAIS 2018. Com 932 profissionais do ensino superior, Vitória da Conquista é o terceiro, sede da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), possui um Centro Universitário e seis Faculdades. O município de Lauro de Freitas é o quarto, mas diferente dos demais, não possui Universidades, mas um Centro Universitário e oito Faculdades, seguida por vinte quatro municípios aqui apresentados.

Figura 5 – Empregos da Educação Superior na Bahia - 2008-2018 – Distribuição geográfica.



Fonte: MTE - RAIS, 2008-2018.

A notória importância das IES estaduais nessa interiorização pode ser mensurada com exemplos, ainda que em tímidos desta contribuição. A UESB sediada em Vitória da Conquista foi tema de estudo de Lopes (2001, p.124) que mostrou que a injeção de recursos financeiros pela universidade no município no ano de 2000, correspondeu a 51% da “economia” cafeeira (R\$ 37.187.500,00), que é uma das mais importantes do município. Já a UEFS, citado por Oliveira (2014, p. 241) por sua localização ser no semiárido, faz com que a região seja representada como símbolo de pobreza, atraso social, mas que hoje tem um novo posicionamento neste contexto sócio econômico, já que se tornou após instalação da UEFS um “catalisador das oportunidades educacionais”, (em 213 eram 13 IES) atraindo outras instituições públicas e privadas, assim como pessoas na figura de estudantes e profissionais. Ele ainda traz a importância na formação do capital humano local, já que a UEFS permitiu a muitos da região ter uma formação em licenciaturas, mudando, assim uma condição já cultural das famílias, em seguir na lavoura ou no êxodo. Ela teve segundo Oliveira (2014, p. 245) uma grande contribuição ao desenvolvimento social, cultural, e material da região.

A instalação de uma universidade em uma região significa que se terá uma importante mudança urbana, social e econômica, ela demandará um consumo de serviços de produtos que em alguns casos podem até não existir na localidade, mas pela procura serão inseridos. O consumo demandado por discentes e docentes vindos de outras localidades no mercado imobiliário é muito grande nestas cidades, assim como os serviços de entretenimento, saúde e o comércio. E da mesma forma que os serviços serão demandados, outros serão oferecidos pela nova estrutura instalada, não somente educacionais, mas de saúde, de suporte empresarial, jurídico etc. Esta movimentação mudará o contexto da cidade em pouco tempo o que demonstra a importância das universidades para as regiões onde são instaladas do ponto de vista financeiro e econômico.

Que a universidade tem um o papel importante para a formação de capital humano é senso comum, assim como o seu papel no desenvolvimento socioeconômico de uma região, articulado por uma política científica e tecnológica e com envolvimento não somente do Estado, mas do setor produtivo e empresarial, social da comunidade. A universidade, portanto, está para atender a sociedade, gerando emprego e renda.

6. Considerações Finais

O objetivo desta investigação foi levantar informações sobre o corpo docente das instituições de ensino superior da Bahia e que foi identificado através da RAIS em seu

levantamento mais recente que são 10.892 em 2018, sendo um aumento de quase 19% em relação ao ano de partida deste levantamento, no caso 2008. A escolha por observar dois momentos (2008 e 2018) na maior parte dos itens examinados foi assertiva, já que comparar um fenômeno antes e após sua ocorrência possibilita enxergar o resultado da situação, no primeiro caso a evolução do número de docentes após a instalação nesse período de quatro instituições de ensino públicas, com campus pelo interior do estado, mas que não necessariamente pode-se afirmar que por estas inserções, mas elas certamente contribuíram para tal crescimento, mas o que se pode afirmar é que o crescimento do número de doutores tem sim relação, já que os editais das IES públicas em quase sua totalidade colocam apenas doutores elegíveis a função.

Com a análise do perfil desses no período em voga foi possível identificar algumas alterações em algumas principalmente em relação à idade, a qual a predominância é de 30 a 49 anos, sendo que o cruzamento da idade ao nível de titulação na Pós-graduação o que chama mais atenção é número de jovens mestre e doutores, o que vem a corroborar com falta de experiência pontuada por muitos autores.

A análise por faixa remuneração média por salários mínimos e por horas faixa de horas de contratação vem a confirmar que a maioria trabalha em tempo parcial, por motivos aqui ressaltados, como exemplo ter a docência como profissão secundária, o que por sua vez tende a ter menores vencimentos.

O item que não apresentou acentuada alteração foi em relação ao número de mulheres como professoras alocadas nas IES, já que é maioria como estudante, mas o mesmo não aconteceu na mesma proporção nessa profissão. A localização geográfica desta atuação é desparadamente em Salvador, que possui cinquenta e uma IES, mas a localização de docentes em 40% dos municípios vem ser um grande ganho para o desenvolvimento regional da Bahia.

Os dados aqui observados não são de causar estranhamento, já que é perceptível nas IES, mas aqui vale a reflexão, do porque e entender os motivos que levam os profissionais a docência do ensino superior, já que a carga de trabalho é alta, as exigências também, mas não são valorizados. Seria mesmo por complementação de renda ou ocupação de carga horária livre, ou uma busca por segurança que muitos buscam ao longo desses últimos anos.

A pesquisa atinge seu objetivo e pondera sobre as inconsistências da RAIS e de outras bases na exatidão do número desses docentes, pelos pontos aqui ora destacados

Referências

- Barbosa, J. K. S. Neta, O. M. M. (2018). *As mudanças na carreira docente e o desenvolvimento profissional nos Institutos Federais: avanços e retrocessos*. Research, Society and Development, 7(9), 01-29
- Boaventura, E .M. (2009). *A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência*. Salvador: EDUFBA.
- Brasil. (2015). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. – Brasília, DF: Inep,
- Brasil. (2018). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior*. Brasília, DF: Inep,
- Brasil. (2017). O decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192
- Brasil. (2019). CAPES GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas - CAPES. Recuperado de <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.
- Brasil. (1996). *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.
- Brasil. (2020). Ministério do Trabalho e Emprego. *Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho*. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Recuperado de <http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>.
- Cortella, M. S. (2014). *Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes*. São Paulo: Cortez.
- Cunha, L. A. (2000). *Ensino Superior e Universidade no Brasil*. Rev. Bras. Educ. n.14.

Folha de S. Paulo. (2019). *Ranking de universidades*. Recuperado de <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>

Gatti, B.; Barreto, E. (2009). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO.

Locatelli, C. (2017). *Os professores no ensino superior brasileiro: transformações do trabalho docente na última década*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 98(248), 77-93

Neiva, C. C.; Collaço, F. R. (2006). *Temas atuais de educação superior*. Brasília, DF: ABMES,

Paiva, G. S. (2010). *Recortes da formação docente da educação superior brasileira: Aspectos pedagógicos, econômicos e cumprimento de requisitos legais*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, 18(66), 157-174.

Pereira, E. M. A. (Org.). (2010). *Educação geral na Universidade Harvard: a atual reforma curricular publicado originalmente no livro universidade e currículo: perspectivas de educação geral*. Campinas: Mercado de letras.

Romanelli, O. O. (1998). *História da educação no Brasil*. 24. ed. Petrópolis: Vozes.

Schwartzman, S. (2006). *A Universidade Primeira do Brasil: Entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social*. Estudos Avançados.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Rosângela Moreira de Oliveira – 100%